

PAPEL E ORIENTAÇÃO DE DIRIGENTES CRISTÃOS NO MUNDO ATUAL

Hubert Lepargneur

DESESTABILIZAÇÃO DO AMBIENTE DOS CRENTES

Como um empresário cristão pode situar-se na turbulência do contexto atual ? Terá ele um papel específico, por ser ao mesmo tempo dirigente na economia e membro de sua Igreja ? A globalização contemporânea congrega as maiores entidades econômicas mediante acordos internacionais, fusões de empresas, melhorias nos transportes e comunicações quanto à rapidez, aos custos e à segurança. Em contrapartida crescem não apenas regionalismos irredentistas, energias e especificidades locais ansiosas de preservar suas tradições e exaltar suas identidades, mas também enfraquecimentos éticos cujos sinais são óbvios na criminalidade, na corrupção, nos egoísmos individuais e coletivos. Seria a desestruturação das pessoas o preço da maior estruturação global ?

Paradoxalmente assinala-se o crescimento da religiosidade um pouco em todo lugar. A religiosidade era antigamente canalizada pela instituição religiosa dominante na região; ela apontava autoridades e hierarquias, metas e meios para o bem agir, para valores e faltas, com estabilidade e continuidade que hoje reparamos como notáveis. O pluralismo religioso, ético e cultural, resulta normalmente do conjunto dos ganhos em tolerância e em facilidades de viagens e migrações, criando enorme indeterminação quanto aos valores estáveis e aos caminhos oportunos. Muda-se de denominação religiosa com a mesma facilidade que de parceiro sexual, facilidade nunca vista anteriormente. A identidade ou auto-identificação supõe memória e exige continuidade. Ao processo de globalização ou neo-estruturação do universo econômico, vinculado de fato a processos de profunda injustiça, será que corresponde um processo de desestruturação das consciências individuais, das personalidades ?

INTERFACE ENTRE POLÍTICA E RELIGIÃO

Não podemos evitar interferências entre política (ou economia que depende dela) e religião; elas permeiam o conjunto da história individual e coletiva. Apesar dos traumatismos que a separação da Igreja e do Estado costuma acarretar, esta separação de princípio enseja uma preciosa conquista , sem a qual o pluralismo gerado pela liberdade democrática seria insustentável. As Igrejas e religiões propõem valores que as comunidades políticas levam ou não em conta em seus ordenamentos e os cidadãos para a direção da própria vida.

Os crentes mais conscientes constituem uma interface entre várias comunidades que a sociedade moderna faz coexistir em seu seio, mais ou menos pacificamente. Interessa-nos aqui, sobretudo, a interface entre vida profissional e pertença a uma denominação religiosa, a Igreja.

RESPONSABILIDADE NA E SOBRE A IGREJA

O empresário cristão e suas agremiações, que unem similares interesses ético-religiosos e sócio-econômicos, podem e devem exercer certa influência nas estruturas eclesiais. Após o Vaticano II fala-se muito em promoção dos leigos, mas como descartar suas competências específicas, em matérias das quais a hierarquia eclesial não pode se alienar ? A teologia da libertação fez muito para valorizar "o Povo" que, no Brasil, significa essencialmente as camadas menos privilegiadas da sociedade. Será que estas camadas esgotam as riquezas e virtualidades do "Povo de Deus" ou do conjunto local dos crentes da mesma Igreja ? Será que o Povo mais simples, que precisa e obtém devidamente, da Igreja, particular cuidado, possui formação e informação suficientes quanto a questões tão importantes quanto complexas que concernem o bem comum, no qual somos solidários ? Nem todo crente desfruta da escolaridade completa do primeiro grau e os problemas imediatos de bairro dependem amiúde de colocações de nível bem superior.

A hierarquia eclesial não pode saber tudo do mundo secular; além das devidas consultas populares, são portanto necessários contatos freqüentes com quem entende das tramitações e negócios dos quais a Igreja dificilmente pode fugir, ora para sua atuação direta ora para se formar uma opinião seriamente fundada. As matérias financeiras e de política internacional exigem mais do que boas intenções, tanto para a própria Igreja quanto para a sociedade civil.

É normal que a colaboração se estreite a partir do nível local de maior implicação eclesial. Exemplos nesta perspectiva são as sessões oferecidas por especialistas em administração, em vista de nortear o gerenciamento das paróquias ou obras sociais. Aos poucos vai se descobrir também o papel de diáconos já formados em disciplinas seculares, aposentados ou não, co-responsáveis em obras eclesiais. De mil maneiras a atividade sócio-econômica participa das opções tomadas em nível político, exigindo mais do que um marketing eficaz, uma visão ampla dos fatores políticos e dos condicionantes sociais em jogo no tabuleiro nacional e internacional. O valor de uma democracia não depende apenas da percentagem dos votos depositados nas urnas, mas muito mais do acerto da formação e da suficiência da informação dos votantes.

As Igrejas latino-americanas são particularmente críticas, em geral, do capitalismo, julgado a partir das deficiências das decorrências de sua prática atual. Não se trata aqui de opinar neste ponto. Mas se um sistema, uma pessoa, uma entidade, está asperamente criticado ou criticada, é difícil honestamente recusar-lhe o direito de expor serenamente seu ponto de vista, eventualmente o fundamento e a coerência de seus valores. Quem não sabe ouvir a outra parte não se prepara para ser escutado. Quem melhor que empresários cristãos seriam mais indicados para informar, serena e criticamente, sobre negócios deste mundo, com a condição de levar em conta o eventual pluralismo de opiniões e não ouvir apenas quem se sabe disposto a ratificar idéias já formadas? O grito dos prejudicados ou marginalizados pode se fazer necessário e já se faz ouvir freqüentemente, mas será de pouco proveito se pessoas capacitadas não sugerem meios realistas para melhorar, aos poucos, as condições indignas.

RESPONSABILIDADE NO E SOBRE O PRÓPRIO MEIO SECULAR

Temos falado da ação e responsabilidade dos agentes de negócio na Igreja e sobre ela; passamos à outra face da situação, à ação e responsabilidade dos mesmos dirigentes em e sobre seu meio profissional e a sociedade civil em geral. Sem generalizar indevidamente, sabemos que muitos migrantes de uma Igreja para outra, escolhem uma denominação religiosa que mais conforta a zona emocional do eu, hoje em destaque na personalidade humana e na sociedade secular, do que exige como disciplina ética. Isto não exclui denominações muito mais rigorosas, sobre alguns pontos (assiduidade às reuniões, contribuições financeiras, proibições de práticas), que a Igreja católica, sugerindo que nenhuma explicação unívoca e simplista justifica a instabilidade religiosa de muitas pessoas. Além do consolo, que toda religião providencia à sua maneira, porque certa intranquilidade habita a motivação religiosa, não poucos crentes instáveis têm olhos sobre promessas de "bênçãos" mais eficazes em vista do melhoramento da saúde, da tranquilização das relações conjugais ou familiares ou da prosperidade no trabalho e nos negócios.

Os ensinamentos morais que vêm de cima nem sempre obtêm a repercussão esperada na conversão das mentalidades, na reforma das estruturas, na correção dos comportamentos. O Papa João Paulo II gratificou sua Igreja de não poucos documentos de valor eminente. Mas este papa tem provavelmente mais espectadores por suas viagens e celebrações do que leitores dóceis de seus numerosos textos. Talvez impressionam mais a coerência e o extremo ascetismo de um papa que exige muito de seus fiéis, mas paga com incontestável exemplo de rigor comportamental, coerência na vivência dos deveres de seu pesado cargo e absoluta dedicação aos outros.

Existe portanto espaço para a exemplaridade do próximo sobre o próximo, do profissional sobre o colega : no mesmo meio cultural sabe-se a dificuldade de certos comportamentos apenas éticos, nada espantosos de longe. Só entre próximos sabe-se distinguir entre a atuação heróica de um momento excepcional, o exibicionismo que não revela condicionantes empobrecedores do comportamento e uma prática habitual, quase anônima, da virtude aparentemente a mais banal que seja, que tem por vezes de superar obstáculos pouco visíveis.

Em perspectiva altamente positiva situam-se os esforços realizados na linha da função social da empresa, sobretudo quando decorrem de preocupações realmente humanistas e solidárias da diretoria. A própria lei tem tendência a exigir, aos poucos, maior atenção à preservação da natureza, mas a ética ecológica precede a lei para empresários sensíveis. No pragmatismo de nossa cultura, vale a percepção ou a convicção, nem sempre infalível, de que o cultivo da ética não prejudica o negócio, antes o dinamiza a longo prazo. O desastre da

dupla Enron-Andersen constitui uma prova a contrário, de monte. A auto-responsabilização, que faz parte da ética mais ampla do que o estrito seguimento do legalismo ou juridicismo, ajuda a quebrar o antigo reflexo de pedir ou exigir, dos poderes públicos ou de suas caixas, mais do que deviam ou podiam razoavelmente. O serviço efetuado por uma entidade não lucrativa sai muito menos oneroso, e não raramente melhor, do que o mesmo serviço realizado por serviços públicos. Não é sadia a propensão atávica de que convém tirar o máximo proveito da vaca estatal, sem preocupação quanto à proveniência dos recursos nem quanto a sua finalidade normal, geralmente legal. A freqüência e banalidade das ilicitudes decorre da generalização da perda do sentido do bem comum, mais sensível ainda nas classes elevadas, inclusive nos meios políticos, do que nos meios menos afortunados. É por isso que um dirigente que obviamente entretém para si mesmo este sentido do bem comum, dificilmente pode passar despercebido por muito tempo.

APRENDER DA HISTÓRIA

A falência de excepcional gravidade de firma norte-americana Enron e a deslocação consecutiva do consórcio de firmas de auditoria Andersen, vinculado ao controle da contabilidade Enron, oferecem por seu tamanho e simbolismo amplo assunto de reflexão para todo responsável econômico. Em que ou em quem confiar? Além do bom senso popular, temos que recorrer a especialistas, individuais ou associados, firmas honradas na praça; mas isto, aparentemente, não basta se o verme da corrupção e da mentira, da fraude de colarinhos brancos, está escondido no fruto com incrível habilidade e continuidade.

É provável que cedo ou tarde as maiores fraudes costumem estourar (mas nem todos os crimes são desvendados); nem isto, porém, está certo antes de muito tempo, isto é, antes de ter feito muitas vítimas e provocado muito estrago. O Estado e os poderes públicos são necessários, mas não dispensam a atividade nem a vigilância dos cidadãos. Podem multiplicar leis e regulamentos, fiscais e controles, o desenvolvimento humano de uma nação precisa da consciência ética de seus membros, sobretudo de seus membros mais poderosos. Uma possível decorrência da deslocação das firmas associadas Andersen é o aumento de certa desconfiança frente ao conjunto de entidades transnacionais suscetíveis de escapar de fato a rigoroso controle; não existe realmente uma autoridade transnacional, universal, que não passe pelo falível bel-prazer dos Estados. Não sem hábil marketing, é grande a tentação de o fraco dormir ingenuamente tranqüilo à sombra do forte sem escúpulo. O ingrediente ético não está assegurado em cima se não for costumeiramente cultivado nas células de base; e nunca há garantia absoluta.

NOSSO HORIZONTE É O MUNDO

A partir da refundação ética, isto é, humanista, nas células-bases da nação e da produção, a percepção das desigualdades internacionais torna-se menos desesperada. O mundo é a pátria terrestre dos cristãos. Nesta perspectiva, nenhum projeto realista é de fácil implementação, mas sabemos que alguns planos já iniciaram tal caminhada. A história da humanidade conheceu de fato vários esboços de amplos movimentos dominados por uma mítica ideologia comunitarista. Não deram certo, tanto por falta de realismo quanto de eticidade. A visão nazista de um universo regido pela raça ariana, liderada pelo povo germânico, pertence a este feixe das grandes utopias que se revelaram desastrosas; como o marxismo comunista ontem, como certa interpretação atual do pan-islamismo intolerante e belicoso. Em O mito da Cruzada, A. Dupront retrata este formidável projeto de "ato coletivo de encarnação da unidade" que foram as cruzadas cristãs no começo do segundo milênio, antes da fragmentação da Cristandade em Estados. Será que o que a inspiração ideológica ou religiosa tentou promover, no segundo milênio, para unir os povos numa solidariedade pelo menos aparente ou prometida, poderia reaparecer no terceiro milênio, sob a batuta de um grande profeta, com meta de outro tipo de humanismo, o ético, à procura não de uma ilusória igualdade, mas de uma solidariedade realista entre camadas sociais em nível nacional e entre economias nacionais em nível internacional. Tudo que for grande exige preparo, na base, desde o agora de todo realismo.